

A filosofia dos professores multiuso no país

Déficit de profissionais no ensino médio é agravado pela inclusão de novas disciplinas, como sociologia e música

Hans von Manteuffel

Demétrio Weber e Leticia Lins

• BRASÍLIA e RECIFE. Professora há 22 anos e licenciada em história, a pernambucana Leticia Oliveira de Assunção Nascimento é hoje um dos muitos professores multiuso existentes no país: dá aulas não só de história, mas também de filosofia e sociologia na escola estadual Leonor Porto, em São Lourenço da Mata, a 22 quilômetros de Recife:

— Ensino também em outros colégios, e perco tempo pesquisando e estudando filosofia e sociologia, quando poderia estar planejando melhor minhas aulas de história. A qualidade do ensino cai muito.

Leis aprovadas pelo Congresso acrescentaram quatro disciplinas aos currículos do ensino médio nos últimos anos: filosofia, sociologia, música e espanhol. Mas, se já faltam professores para disciplinas tradicionais como física e química, para as novas o problema é pior ainda.

Sem professores de sociologia e filosofia, secretarias de Educação ouvidas pelo GLOBO informaram que recorrem a docentes de outras áreas, como história e pedagogia. É o que ocorre em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Há ainda contratações em regime temporário, em estados que não fizeram concursos públicos específicos.

Diretora do MEC admite déficit

• A diretora de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação (MEC), Jaqueline Moll, admite que faltam professores para as novas matérias, incluindo música e espanhol. Mas defende a atuação do Congresso, afirmando que há esforço conjunto de União, estados e municípios para reverter o quadro:

— Nada em educação ocorre de um dia para o outro. As leis nascem de uma vontade, uma necessidade e vão fazendo com que a realidade seja construída.

Filosofia e sociologia são obrigatórias e devem ser oferecidas separadamente. Música, também obrigatória, foi incluída como novo componente de artes, dividindo a carga horária com artes plásticas e cênicas. Espanhol só é obrigatório em escolas, que têm de oferecê-lo. A matrícula é opcional.

A lei que torna o ensino de filosofia e sociologia obrigatório foi aprovada em 2008. O Conselho Nacional de Educação orientou que a oferta se iniciasse no 1º ano, em 2009; no 2º, em 2010; e no 3º, em 2011.

Dados do Inep, órgão do MEC, mostram que, com base no censo escolar de 2010, 84% dos alunos frequentavam escolas com filosofia na grade; em 2008, eram 49%. No caso de sociologia, o percentual estava em 80%; e, em 2008, era de 29%. Na rede estadual, o percentual em 2010 era 85% em filosofia e 82,5% em sociologia. Curiosamente, os índices de oferta das duas disciplinas eram menores na rede privada: 78% (filosofia) e 69% (sociologia).

A lei que tornou o ensino de



A PROFESSORA Leticia Nascimento, na sala de aula da escola estadual Leonor Porto, em São Lourenço da Mata (PE): "Já houve época em que eu ensinava cinco disciplinas"

Horas extras e profissionais coringas

Redes estaduais de ensino improvisam para oferecer novas disciplinas

• Colega da professora Leticia Nascimento na escola estadual Leonor Porto, em Pernambuco, o professor Rildo José da Silva é formado em geografia, mas também ensina história e filosofia. É efetivo há três anos e reclama que, em todo esse período, nunca foi convocado para nenhum curso de filosofia.

— Somos empurrados para a sala de aula sem capacitação — ratifica Leticia.

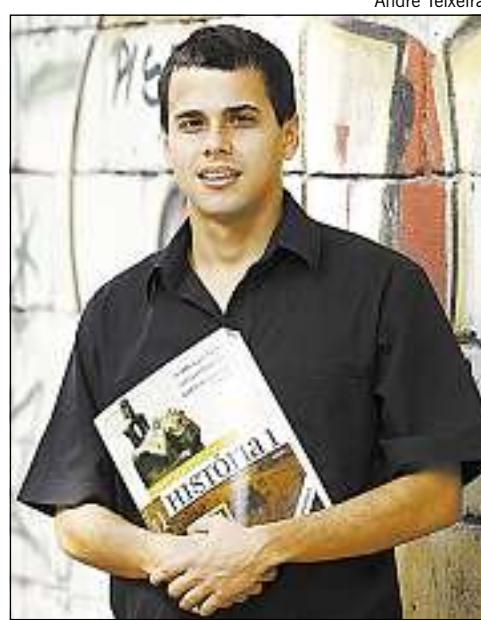
A Secretaria estadual de Educação de Pernambuco reconhece que os docentes de filosofia e sociologia não têm formação específica. Mas garante que o governo vem promovendo, na Universidade Federal de Pernambuco, cursos de extensão nessas duas áreas.

Formado em história e há dois anos professor do Estado do Rio, Renan Pedroso dá aula de sociologia há seis meses. Hoje, dá mais aula de sociologia do que de história: são 12 tempos na sua área e

18 na outra, um total de 30 tempos semanais nos quais ele se desdobra para tirar R\$ 1,3 mil por mês. Numa das três escolas em que trabalha, no Lins, diz que os alunos ainda não tiveram filosofia este ano:

— Há profissionais de filosofia e sociologia para dar aula; conheço um que passou em concurso e não foi chamado. A secretaria, em vez de contratá-los, paga hora extra aos que já estão lá.

Subsecretário de Gestão de Ensino do Rio, Antonio Vieira Neto diz que a secretaria tem chamado concursados nas novas áreas e que foi feito um currículo mínimo das novas matérias para orientar os professores, sobretudo os que não são da área. Vieira acha que a obrigatoriedade das novas disciplinas "deve ser revista", e que seus conteúdos, em vez de numa disciplina, sejam oferecidos, por exemplo, por projetos nas matérias tradicionais. (Alessandra Duarte e Leticia Lins)



André Teixeira

RENAN PEDROSO: da história à sociologia

música obrigatório foi aprovada em 2008, com prazo de três anos para implementação, e vale para toda a educação básica. Segundo o Inep, só 59% dos alunos de ensino médio tinham artes no currículo ano passado. Em tese, o percentual de turmas com ensino de música seria menor. O Inep diz também que só 41% das escolas ofereciam espanhol, obrigatório desde 2005.

Em nota, a Secretaria de Mato Grosso do Sul diz que a falta de

professores atinge todo o país. A titular da pasta, Maria Nilene Baceda da Costa, é presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Educadores divergem sobre a conveniência de novas disciplinas. Do Conselho Nacional de Educação, onde foi relator das recém-aprovadas Diretrizes Nacionais do Ensino Médio, José Fernandes de Lima critica:

— Uma coisa é o Congresso definir que determinado assun-

to tem de ser tratado nas escolas. Outra é dizer que temos de criar uma disciplina, o que requer profissional com licenciatura na área. Vai contra a ideia da LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional), de que as escolas precisam organizar seu projeto.

O presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, Jaime Teixeira, considerou positiva a inclusão de filosofia e sociologia

no currículo. Mas afirma que a falta de professores levou a rede sul-matogrossense a chamar até universitários para lecionar:

— Escola não é só para aprender a ler e escrever. É para aprender a pensar. ■

Unesco apoia mudança nos currículos

Entidade quer projeto piloto em parceria com governos estaduais

• BRASÍLIA. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está convencida de que é preciso mexer na estrutura curricular das escolas para tornar o ensino mais atraente para os jovens. A Unesco sugere que 25% da carga horária sejam destinados a atividades independentes das disciplinas tradicionais. A ideia é que as turmas desenvolvam projetos, a partir dos conhecimentos aprendidos em sala de aula. Pode ser um programa de prevenção da Aids e do uso de drogas, a criação de um blog ou um levantamento sobre o mercado de trabalho na comunidade.

Os demais 75% da carga horária poderiam ser preenchidos com disciplinas tradicionais ou não, desde que quatro áreas do conhecimento fossem contempladas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. O fundamental, segundo os Protótipos Curriculares do Ensino Médio elaborados pela Unesco, é que as aulas expositivas deem lugar a uma dinâmica que tenha o estudante como protagonista da investigação e da busca do conhecimento.

— A prática hoje no interior da escola é compartimentada em disciplinas isoladas, sem planejamento coletivo, sem políticas mais estruturadas de formação de professores — resume a oficial de Projetos em Educação da Unesco no Brasil, Marilza Regattieri.

A proposta da Unesco foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no mês passado. A entidade pretende agora firmar parceria com governos estaduais para realizar um projeto piloto. Ou seja, levar os protótipos ao teste de fogo das salas de aula. Além de um modelo para o ensino médio de formação geral, a Unesco sugere uma organização curricular para o ensino médio integrado à formação profissional, isto é, curso geral mais curso técnico. ■

A ESCOLA COM QUE SONHO

Tião Rocha • Antropólogo e educador popular em Minas com a ONG CPCD

Ricardo Dolabela



Inspiração na criatividade brasileira

• Há 27 anos, a gente sabia mais sobre a escola que não queríamos ter tido do que sobre a escola que gostaríamos de ter. O que era preciso deixar de lado? A relação desigual entre professores e alunos; o olhar para a criança como ser sem vontade; o tratamento da escola como lugar do autoritarismo, como "serviço militar obrigatório" aos 7 anos (hoje 6). Agora consigo ver o que

a escola com que eu sonho deve ter. São três tópicos: os 16 artigos da Carta da Terra, declaração de princípios fundamentais iniciada pelas Nações Unidas; o compromisso político de não excluir e nem deixar nenhum aluno sem aprender tudo o que ele precisa aprender, no seu tempo, no seu ritmo e na sua idade; e o terceiro que gostaria de citar é um exemplo — a escola de

samba brasileira, a única que não tem greve, repetência, bomba, segunda época, dependência, recuperação, depreciação e, muito menos, disciplinário, mas diretor de harmonia. Quero é uma escola que se inspire e se alimente daquilo que o Povo Brasileiro (em letras maiúsculas) tem de melhor: sua beleza, sua alegria, sua capacidade de trabalho e sua criatividade.